

# **Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia**

**Concurso Público  
Edital 01/2024**



**Técnico Judiciário**

**TARDE**

**PROVA TIPO 1 – BRANCA**



**CARGO: TÉCNICO JUDICIÁRIO**

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

Leia o texto a seguir para responder às questões de **1** a **10**.

**Com licença poética**

Quando nasci um anjo esbelto,  
desses que tocam trombeta, anunciou:  
vai carregar bandeira.  
Cargo muito pesado pra mulher,  
esta espécie ainda envergonhada.  
Aceito os subterfúgios que me cabem,  
sem precisar mentir.  
Não sou feia que não possa casar,  
acho o Rio de Janeiro uma beleza e  
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.  
Mas, o que sinto escrevo. Cumpro a sina.  
Inauguro linhagens, fundo reinos  
– dor não é amargura.  
Minha tristeza não tem *pedigree*,  
já a minha vontade de alegria,  
sua raiz vai ao meu mil avô.  
Vai ser coxo na vida, é maldição pra homem.  
Mulher é desdobrável. Eu sou.

(PRADO, Adélia. *Poesia reunida*. São Paulo: Siciliano, 1995, p.11.)

**Questão 01**

O texto “*Com licença poética*” é predominantemente:

- A) Não literário, de caráter argumentativo, destinado à crítica social.
- B) Literário, de caráter épico, com narrativas de heróis e feitos históricos.
- C) Não literário, de caráter descritivo, focado na objetividade informativa.
- D) Literário, com traços narrativos e foco na caracterização de personagens.
- E) Literário, de caráter lírico, com marcas de subjetividade e expressão pessoal.

**Questão 02**

No verso “– *dor não é amargura.*” (L13), a palavra “*dor*” adquire um sentido:

- A) Negativo, associado à derrota e à resignação.
- B) Estritamente físico, associado ao sofrimento corporal.
- C) Denotativo, destacando o significado literal do vocábulo.
- D) Sarcástico, expressando ironia sobre a condição humana.
- E) Simbólico, relacionado à capacidade de criação e resiliência.

**Questão 03**

Sobre a grafia das palavras empregadas no poema, é correto afirmar que “*pedigree*” está escrita conforme a norma ortográfica porque:

- A) Segue a regra de acentuação para paroxítonas terminadas em “e”.
- B) Mantém a grafia arcaica da língua portuguesa, preservando seu radical latino.
- C) É um estrangeirismo incorporado à língua portuguesa, mantendo sua grafia original.
- D) Obedece à regra de formação de palavras compostas com origem em outros idiomas.
- E) Apresenta o uso do dígrafo “ee” para indicar som aberto, típico do português europeu.

**Questão 04**

O vocábulo “*desdobrável*” (L18) é classificado como:

- A) Advérbio de modo.
- B) Adjetivo composto.
- C) Substantivo derivado.
- D) Adjetivo simples derivado por sufixação.
- E) Substantivo simples formado por composição.

**Questão 05**

No verso “*vai carregar bandeira.*” (L3), o termo “*bandeira*” exerce a função de:

- A) Objeto direto.
- B) Sujeito simples.
- C) Objeto indireto.
- D) Predicativo do sujeito.
- E) Complemento nominal.

**Questão 06**

No verso “*ora sim, ora não, creio em parto sem dor.*” (L10), o verbo “*creio*” está conjugado na:

- A) Primeira pessoa do singular do pretérito perfeito.
- B) Primeira pessoa do singular do futuro do presente.
- C) Primeira pessoa do singular do pretérito imperfeito.
- D) Primeira pessoa do singular do presente do indicativo.
- E) Primeira pessoa do singular do presente do subjuntivo.

**Questão 07**

No verso “*Aceito os subterfúgios que me cabem,*” (L6), a palavra “*que*” foi empregada como:

- A) Conjunção subordinativa, fazendo a ligação à oração principal.
- B) Pronome relativo, introduzindo uma oração subordinada adjetiva.
- C) Conjunção aditiva, adicionando uma ideia à anterior; soma de informações.
- D) Pronome demonstrativo, apontando a referência ao que foi dito anteriormente.
- E) Advérbio interrogativo, ao introduzir um questionamento, denotando incerteza ou dúvida.

**Questão 08**

A construção “*Ora sim, ora não, creio em parto sem dor.*” (L10) reflete:

- A) Um erro gramatical, causado pela repetição inadequada do termo “*ora*”.
- B) Um uso típico da norma culta, que privilegia estruturas fixas e previsíveis.
- C) Uma variação histórica do português, que preserva marcas do português arcaico.
- D) O uso de uma linguagem exclusivamente poética, desvinculada da oralidade cotidiana.
- E) O uso de uma expressão marcada pela variação estilística, alternando afirmação e dúvida.

**Questão 09**

A vírgula no verso “*ora sim, ora não, creio em parto sem dor.*” (L10) é usada para:

- A) Separar aposto explicativo.
- B) Destacar uma enumeração.
- C) Indicar paralelismo sintático.
- D) Introduzir uma oração subordinada.
- E) Marcar uma pausa em elementos de oposição.

**Questão 10**

Substituindo “[...] *creio em parto sem dor.*” (L10), por uma construção equivalente quanto ao sentido e correção gramatical, temos:

- A) Creio de parto sem dor.
- B) Creio com parto sem dor.
- C) Confio no parto doloroso.
- D) Creio que o parto não dói.
- E) Acredito que pode haver parto indolor.

# CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Leia o texto a seguir para responder às questões de **11 a 15**.

## Golpe da CNH: Como se proteger de mensagens falsas sobre suspensão da carteira de motorista

*Mensagens enviadas pelo celular induzem vítima a acessar site falso e fazer pagamento para supostamente evitar suspensão da CNH. Detrans não entram em contato por SMS, e-mail, aplicativos de mensagens e telefone.*

Um novo golpe tenta atrair vítimas com notificações falsas sobre suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Mensagens enviadas pelo celular sugerem que o motorista perderá o documento se não clicar em um *link*, mas a comunicação é fraudulenta.

O SMS diz que há uma mensagem relacionada ao documento da pessoa em sua conta no sistema *gov.br*, do governo federal. A mensagem, que é enviada até mesmo para quem não tem carteira de motorista, induz a pessoa a acessar um *site* para supostamente obter mais detalhes.

⚠ Mas lembre-se: os Detrans não enviam notificação por SMS, *e-mail* ou aplicativos de mensagens e não fazem contato por telefone. Por isso, a orientação é ignorar os avisos falsos que chegam no celular.

“Os contatos com os condutores e proprietários de veículos são realizados prioritariamente por meio de correspondências devidamente identificadas, na modalidade de Aviso de Recebimento (AR), enviadas via Correios”, alertou a Associação Nacional dos Detrans (AND).

A associação diz que há alertas de fraudes sobre CNH em 18 estados e no Distrito Federal e pede que os condutores que receberem a notificação denunciem o caso à Ouvidoria do Detran ou à Polícia de seu estado.

Como funciona o golpe?

O golpe da CNH é parecido com os que tentavam se passar pela Receita Federal e pelos Correios. Ao clicar no *link* da mensagem, a vítima é direcionada para um *site* falso da Carteira Digital de Trânsito e é levada a preencher seus dados em uma página, também falsa, do *gov.br*.

Depois de digitar o CPF, o *site* mostra dados verdadeiros da pessoa, como nome completo, data de nascimento e nome da mãe. Em seguida, ele mostra o aviso falso sobre a suspensão da CNH.

No fim do procedimento para supostamente regularizar a habilitação, a página mostra o valor de uma taxa e um *link* para gerar a guia de pagamento, que, na verdade, envia o dinheiro para os golpistas.

Como se proteger?

Neste caso, somente clicar no *link* não oferece riscos como vírus para o dispositivo, já que o objetivo é levar a pessoa a fazer um pagamento.

Mas existem alguns indícios que apontam que uma mensagem é falsa e podem te ajudar a não cair em um golpe. Veja abaixo alguns elementos presentes neste tipo de fraude.

📧 *E-mails* ou mensagens de texto com *links* ou solicitações de dados – os Detrans não usam esses canais em suas comunicações com motoristas;

🌐 O *link* não tem o final “.gov.br”, usado por *sites* de órgãos públicos – neste caso, ele termina com “.tax”;

👉 Os golpistas tentam trazer um senso de urgência ao dizer que a CNH será suspensa, o que leva a vítima a clicar no *link* e seguir as instruções;

📄 Texto não segue padrão de mensagens oficiais e, algumas vezes, não tem acentuação e pontuação corretas;

✉ O autor da mensagem tenta se passar por um órgão oficial, mas ao clicar no contato, não há mais informações sobre o número que enviou o SMS.

(Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia>. Acesso em: Novembro de 2024.)

### Questão 11

Qual é a função principal do texto “Golpe da CNH: como se proteger de mensagens falsas sobre suspensão da carteira de motorista”?

- A) Narrar eventos passados para alertar sobre fraudes no uso da CNH.
- B) Explicar o funcionamento técnico de sistemas eletrônicos de pagamento.
- C) Criticar a ausência de segurança nos sistemas governamentais e nos Detrans.
- D) Defender o uso de canais digitais como forma de comunicação oficial dos Detrans.
- E) Instruir e conscientizar os leitores sobre golpes, apresentando orientações para prevenção.

### Questão 12

No trecho “[...] os Detrans não enviam notificação por SMS, e-mail ou aplicativos de mensagens [...]” (3º§), qual é o objetivo principal da escolha dessa estrutura negativa?

- A) Indicar que os Detrans utilizam canais digitais apenas em situações emergenciais.
- B) Demonstrar que o uso de meios digitais é frequente e seguro, mas requer cuidado.
- C) Reforçar a exclusividade dos meios digitais para a comunicação oficial dos Detrans.
- D) Informar que os Detrans priorizam aplicativos de mensagens autenticados para contato com os condutores.
- E) Alertar os leitores sobre fraudes, destacando a inexistência de contatos oficiais por canais digitais mencionados.

**Questão 13**

A palavra “*supostamente*” no texto é:

- A) Um adjetivo usado como predicativo do sujeito.
- B) Uma conjunção aditiva, indicando relação de sequência.
- C) Um advérbio de modo formado por sufixação a partir de um adjetivo.
- D) Um pronome indefinido empregado para dar ênfase ao sujeito da oração.
- E) Um substantivo abstrato derivado de verbo, usado como complemento nominal.

**Questão 14**

No trecho “*Mensagens enviadas pelo celular induzem vítima a acessar site falso e fazer pagamento [...]*”(Subtítulo), a transitividade do verbo “*induzir*” é:

- A) Verbo transitivo direto, com sujeito elíptico.
- B) Verbo intransitivo, que não exige complementos.
- C) Verbo de ligação, que conecta predicativo ao sujeito.
- D) Verbo transitivo direto apenas, sem complemento indireto.
- E) Verbo transitivo direto e indireto, com dois objetos complementares.

**Questão 15**

O emprego do sinal indicativo de crase em “[...] *denunciem o caso à Ouvidoria do Detran ou à Polícia de seu estado.*” (5º§) ocorre porque:

- A) É dispensável quando há dois termos coordenados no complemento verbal.
- B) Depende exclusivamente da concordância nominal dos substantivos subsequentes.
- C) Trata-se de regência do verbo “denunciar” com complemento iniciado por palavra masculina.
- D) É obrigatória em todas as construções em que há relação de posse com substantivos femininos.
- E) Indica a fusão da preposição exigida pelo verbo com o artigo definido feminino diante das palavras “*Ouvidoria*” e “*Polícia*”.

**CONHECIMENTOS TRANSVERSAIS**

**Questão 16**

A respeito das premissas de gestão aplicáveis ao Tribunal de Justiça de Rondônia, consoante com as disposições contidas na Resolução nº 325/2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) A Estratégia Nacional para o Poder Judiciário, instituída pelo CNJ, não se aplica ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, mas tão somente a órgãos do governo federal.
- ( ) Os planos estratégicos do Poder Judiciário não poderão incorporar indicadores de desempenho relativos a macrodesafios, pois o horizonte de tempo dos referidos planos é de apenas um exercício financeiro.
- ( ) Os órgãos do Poder Judiciário deverão alinhar seus respectivos planos estratégicos à política judiciária nacional estabelecida pelo CNJ, haja vista que referida política tem caráter contínuo e vigência indeterminada.

A sequência está correta em

- A) F, F, F.
- B) F, F, V.
- C) V, F, F.
- D) F, V, V.
- E) V, V, F.

## Questão 17

Quanto aos aspectos fundamentais na formação do Estado brasileiro, analise as afirmativas a seguir.

- I. A origem do Estado Constitucional Brasileiro foi o resultado de um processo peculiar de independência política sem revolta popular.
- II. A participação popular no estabelecimento do constitucionalismo brasileiro foi tão ínfima que ressalta o fato de o Brasil ser um país onde o povo não pôde promulgar sua primeira Constituição e, por consequência, as instituições públicas surgiram com considerável desfalque de legitimidade.
- III. Entender as origens e a formação do Estado Brasileiro serve, também, de base para ponderar sobre as características, as diferenças, as similaridades e o viés do atual Estado Democrático de Direito.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I e II, apenas.

## Questão 18

Jonas, técnico judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, ao compulsar processos administrativos tramitando perante sua repartição, verificou as situações a seguir descritas, que versam sobre as previsões da Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei Federal nº 12.527/2011) e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018). Dentre as informações apresentadas, apenas uma é correta; assinale-a.

- A) Uma informação em poder de determinada entidade pública foi regularmente classificada como ultrassecreta; após transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que define o seu termo final, prevê a LAI que tal informação será automaticamente reclassificada como reservada.
- B) Uma pessoa física teve negado o pedido de acesso à informação, sob a justificativa de se tratar de informação totalmente sigilosa; nesse caso, segundo a LAI, a pessoa requerente deverá ser informada que não cabe recurso da decisão, ressalvada a hipótese de apreciação do caso pelo Poder Judiciário.
- C) A entidade pública Alfa necessita realizar o tratamento de dados pessoais de crianças; dentre as hipóteses legais permissivas previstas na LGPD, consta que o referido tratamento deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.
- D) Determinado agente de tratamento de dados cometeu infração às normas da LGPD; por se tratar de legislação específica, o disposto na citada Lei a respeito das sanções administrativas aplicáveis ao caso afasta a aplicação de outras sanções administrativas, civis ou penais definidas na Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- E) A entidade ABC, controlada indiretamente pelo Estado de Rondônia, recebeu pedido de acesso à informação com base na LAI; nessa hipótese, a referida entidade não possui obrigação de fornecer a informação com base no citado diploma legal, visto que há nele dispositivo expresse excluindo as entidades controladas indiretamente pelos Estados de sua incidência.

## Questão 19

A respeito do tema da transparência e *compliance* no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia (PJRO), analise as situações hipotéticas a seguir.

- I. O TJRO, ao realizar o tratamento de dados de Reinaldo, pessoa física, deve considerar que o dado que revela informações pessoais sobre filiação sindical ou a organização de caráter filosófico deve ser considerado dado pessoal sensível, nos termos da Resolução nº 199/2021, que aprova a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito do PJRO.
- II. Maria, técnica judiciária, ao receber brinde de pessoa física ou jurídica interessada nas atividades do PJRO, seja para si ou para outrem, praticou conduta vedada de acordo com o Código de Ética e Conduta do PJRO, mesmo que tal brinde não tenha valor comercial.
- III. Hércules, Presidente do Comitê Gestor de Proteção de Dados (CGPD) do TJRO, na condição de controlador de dados, deve considerar que, conforme a Resolução nº 199/2021, o tratamento de dados sensíveis somente pode ser realizado mediante consentimento do titular.
- IV. A Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação (CPCAD) poderá sugerir que Gabriela, servidora vítima de assédio, passe por relotação ou remoção de sua unidade/órgão de origem, em caráter provisório ou, se for o caso, definitivamente, visando preservar sua integridade.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II.
- B) IV.
- C) I e IV.
- D) I, II e III.
- E) II, III e IV.

## Questão 20

O cumprimento do ideal previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos como fundamento da dignidade da pessoa humana, no caso das pessoas com deficiência, assim como no caso das mulheres, pessoas negras e outras populações vulneráveis, exige iniciativas estatais e da sociedade como um todo, voltadas a atendê-las, como sujeitos de direitos que são, e não como alguém que busca privilégios. Limitar, pois, as condutas preconceituosas e discriminatórias e garantir tratamento igualitário às pessoas com deficiência, assim como a outros grupos vulneráveis, é o objetivo das normas, nacionais e internacionais, que compõem o sistema protetivo. Garantir sua aplicação e lhe dar efetividade é tarefa do poder público, reduzindo e eliminando os obstáculos impostos a esse grupo dupla ou triplamente vulnerável. E podem a iniciativa privada e as pessoas sem deficiência participarem dessa tarefa promovendo, por diversos meios, a integração.

(CASTILHO, Ricardo dos S. *Direitos humanos*. 7th ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023.)

**Nesse íterim, é interessante mencionar a Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a qual dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão. Sobre as disposições da referida Resolução, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) O instituto do desenho universal pode ser traduzido como concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva.
- B) A fim de promover a igualdade, deverão ser adotadas, com urgência, medidas apropriadas para eliminar e prevenir quaisquer barreiras urbanísticas ou arquitetônicas, de mobiliários, de acesso aos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais ou tecnológicas.
- C) As “barreiras tecnológicas” consubstanciam-se em qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.
- D) O termo “rota acessível” pode ser compreendido como o trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida, podendo incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, pisos, corredores, escadas e rampas, entre outros.
- E) A discriminação por motivo de deficiência pode ser definida como toda e qualquer diferenciação, exclusão ou restrição, por ação ou omissão, baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro, incluindo a recusa de adaptações necessárias e de fornecimento de tecnologias assistivas.

## Questão 21

A igualdade e a discriminação pairam sob o binômio inclusão-exclusão. Enquanto a igualdade pressupõe formas de inclusão social, a discriminação implica violenta exclusão e intolerância à diferença e diversidade. Assim, a proibição da exclusão, em si mesma, não resulta automaticamente na inclusão. Logo, não é suficiente proibir a exclusão, quando o que se pretende é garantir a igualdade de fato, com a efetiva inclusão social de grupos que sofreram e sofrem um consistente padrão de violência e discriminação. Nesse contexto, surge a ideia das ações afirmativas. As ações afirmativas constituem medidas especiais e temporárias, que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo de igualdade, com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos socialmente vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, dentre outros. Enquanto políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado discriminatório, as ações afirmativas objetivam transformar a igualdade formal em igualdade material e substantiva, assegurando a diversidade e a pluralidade social. Devem ser compreendidas não somente pelo prisma retrospectivo – no sentido de aliviar a carga de um passado discriminatório –, mas também prospectivo – no sentido de fomentar a transformação social, criando uma nova realidade. Constituem medidas concretas que viabilizam o direito à igualdade, com a crença de que a igualdade deve se moldar no respeito à diferença e à diversidade. Através delas transita-se da igualdade formal para a igualdade material e substantiva.

(PIOVESAN, Flavia. *Temas de Direitos Humanos*. 13ª Edição 2025. 13th ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024.)

**Com base no texto anterior, assinale a alternativa que NÃO contém um exemplo de ação afirmativa.**

- A) A Lei Federal nº 12.990/2014, a qual reserva vagas para negros em concursos públicos.
- B) O Art. 7º, XX, CF/1988, o qual trata da proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos.
- C) Respeito ao percentual mínimo de 30% de candidaturas femininas, nos termos do Art. 10, § 3º, da Lei Federal nº 9.504/1997.
- D) A existência do Art. 37, VII, CF/1988, o qual determina que a Lei reservará percentual de cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência.
- E) A ideia de que se deve validar o direito de a mulher resolver os seus imbróglios, garantindo uma abstenção estatal nos casos de conflitos de violência doméstica.

## Questão 22

Em uma tentativa de modernizar e tornar o Poder Judiciário mais sustentável, o Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) implementou um novo Plano de Sustentabilidade para o período de 2024-2026, conforme orientações da Resolução nº 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Ato nº 610/2024 do próprio TJRO. O plano busca reduzir o impacto ambiental das atividades do Tribunal e promover a gestão sustentável de recursos. Entre as metas, estão a redução do consumo de papel e energia, a destinação correta de resíduos e a promoção de práticas que envolvem a conscientização de magistrados e servidores. Contudo, ao analisar a implementação do Plano, observou-se que uma das unidades judiciais não reduziu significativamente o consumo de papel e energia, mantendo práticas anteriores e não implementando medidas como o uso de plataformas digitais e o incentivo ao trabalho remoto. Essa unidade argumentou que a falta de recursos e treinamento adequado foram obstáculos para o cumprimento das metas. Diante do exposto, o TJRO deve tomar medidas para assegurar que todas as unidades implementem práticas de sustentabilidade conforme o Plano e que haja adesão aos padrões estabelecidos nos referidos atos normativos. Considerando a Resolução nº 400/2021 do CNJ, o Ato nº 610/2024 do TJRO e seu Anexo I, o Plano de Sustentabilidade do TJRO 2024-2026, assinale a medida correta que deveria ser adotada pelo TJRO para garantir o cumprimento das metas de sustentabilidade por todas as unidades.

- A) Manter as metas de sustentabilidade como diretrizes voluntárias, permitindo que cada unidade judicial decida sobre a sua implementação conforme suas condições e disponibilidade de recursos.
- B) Alterar o Plano de Sustentabilidade do TJRO para reduzir as metas de consumo de papel e energia e ajustá-las de acordo com a capacidade de cada unidade judicial, permitindo um plano mais flexível.
- C) Substituir imediatamente os gestores das unidades que não cumpriram as metas, aplicando penalidades previstas pela Resolução nº 400/2021 do CNJ para garantir a adesão ao plano de sustentabilidade.
- D) Delegar exclusivamente aos gestores locais a responsabilidade por elaborar suas próprias metas de sustentabilidade, uma vez que as necessidades de cada unidade podem variar de acordo com suas operações específicas.
- E) Instituir um programa de capacitação e fornecimento de recursos específicos para todas as unidades, assegurando que o conhecimento e as ferramentas necessárias para o cumprimento das metas de sustentabilidade estejam disponíveis.

## Questão 23

A empresa Construtiva SA planeja construir um complexo residencial e comercial em uma região urbana densamente habitada. O local do projeto fica próximo a um rio que atravessa a cidade e a uma Área de Preservação Permanente (APP), criada para proteger a vegetação ciliar e garantir a qualidade ambiental da região. Em busca da licença ambiental, a empresa realiza um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e apresenta o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) ao órgão competente. O estudo indica que a construção pode afetar a biodiversidade aquática, causar erosão nas margens do rio e comprometer a qualidade do ar e da água na área. Diante desse cenário, a comunidade local, preocupada com a possibilidade de manipulação da qualidade ambiental, se organiza, em número superior a 70 cidadãos, e exige a realização de audiência pública para discutir os impactos do projeto. O órgão ambiental, por sua vez, considera a possibilidade de condicionar a licença a uma série de medidas mitigadoras para preservar a qualidade ambiental e o equilíbrio ecológico da área. Com base na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), no Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e demais legislações correlatas vinculadas à qualidade ambiental, assinale, a seguir, a decisão correta que o órgão ambiental deve adotar quanto à concessão da licença ambiental, considerando os impactos potenciais e a necessidade de garantir a qualidade do meio ambiente.

- A) O órgão ambiental deve conceder a licença imediatamente, pois a empresa já cumpriu a exigência legal de apresentar o EIA/RIMA, o que comprova as orientações ambientais do projeto.
- B) O órgão ambiental deve negar a licença ambiental com base no risco de qualidade ambiental, independentemente das medidas mitigadoras, já que o projeto está localizado próximo a uma APP e a um rio.
- C) O órgão ambiental deve exigir a aplicação de um programa de compensação ambiental, mesmo sem a participação pública, visto que o EIA já avaliou os impactos negativos e indicou as medidas de controle.
- D) O órgão ambiental deve realizar audiências públicas para debater o impacto ambiental do projeto, garantindo a participação da comunidade, viabilizando sua decisão com base em um processo participativo.
- E) O órgão ambiental deve aprovar a licença sem condicionalidades, visto que o impacto ambiental pode ser compensado futuramente por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado entre a empresa e o órgão ambiental.

## Questão 24

A Lei Complementar nº 68, do Estado de Rondônia, de 09 de dezembro de 1992, dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia. Célia, técnica judiciária lotada no setor de pessoal do Tribunal, foi chamada a manifestar-se sobre possíveis infrações disciplinares e suas consequências, sendo-lhe apresentadas as seguintes situações:

- I. Mévio, deixou de atender, no prazo legal, sem justo motivo, sindicância, cometendo infração disciplinar punível com pena de repreensão, a ser inserta nos assentamentos funcionais.
- II. Matilde, por condescendência, deixou, pela primeira vez, de punir subordinado que tenha cometido infração disciplinar, cometendo infração disciplinar punível com pena de suspensão de até 10 dias.
- III. Tícia deixou de atender a requisição para defesa da Fazenda Pública; estará sujeita, assim, à pena de repreensão.
- IV. Caio, ausentou-se injustificadamente ao serviço por 15 dias consecutivos, cometendo infração disciplinar punível com pena de demissão.

Considerando não haver reincidência e tampouco a existência de circunstâncias agravantes ou atenuantes, analisando apenas os fatos narrados de acordo com a Lei Complementar nº 68/1992, está(ão) correta(s):

- A) I, II, III e IV.
- B) III, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e IV, apenas.

## Questão 25

Determinada analista judiciária do TJRO recebeu a tarefa de organizar e compartilhar uma pasta no *Google Drive* com a equipe de trabalho. A pasta deve conter arquivos editáveis por alguns colaboradores e apenas visualizáveis (não editáveis) por outros. Durante a realização da tarefa, a funcionária identificou algumas informações relacionadas às permissões no *Google Drive*; marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) Arquivos dentro de uma pasta compartilhada com permissão de “Editor” podem ser excluídos por qualquer usuário com essa permissão.
- ( ) Usuários com permissão de “Visualizador” podem fazer *download* de arquivos, salvo se essa opção for desativada pelo proprietário da pasta.
- ( ) A permissão “Editor” permite a alteração de configurações de compartilhamento, como adicionar ou remover usuários.
- ( ) Arquivos criados dentro de uma pasta compartilhada herdam automaticamente as permissões da pasta, mas o proprietário do arquivo pode alterar essa herança.
- ( ) Usuários com a permissão “Comentador” podem sugerir alterações, mas não editar diretamente o conteúdo do arquivo.

A sequência está correta em

- A) F, V, F, V, V.
- B) V, F, F, V, F.
- C) F, V, F, F, V.
- D) F, F, V, V, F.
- E) F, V, V, F, V.

## Questão 26

Durante uma audiência virtual no *Google Meet*, certo analista judiciário do TJRO utiliza o recurso de plano de fundo personalizado para exibir o logotipo institucional do Tribunal em uma imagem que substitui o cenário de um(a) apresentador(a). Ele também ativa outras funções do *Google Meet*, como legendas automáticas e gravação, para assegurar maior organização e acessibilidade durante o encontro. Considerando as funcionalidades disponíveis no *Google Meet*, assinale, a seguir, uma informação INCORRETA sobre os recursos mencionados.

- A) O plano de fundo personalizado não pode ser utilizado simultaneamente com o recurso de desfoque.
- B) A gravação incluirá o plano de fundo personalizado, o áudio dos participantes e o conteúdo compartilhado na reunião.
- C) As legendas geradas automaticamente podem ser exibidas apenas para o participante que as ativou, sem afetar os demais.
- D) As legendas, quando ativadas pelo organizador da reunião, estarão disponíveis em diversos idiomas e serão exibidas automaticamente para todos os participantes.
- E) O plano de fundo personalizado pode ser configurado para exibir o logotipo institucional em diferentes dispositivos, mas alguns dispositivos mais antigos podem não oferecer suporte ao recurso.

## Questão 27

A Lei Complementar nº 94, de 03/11/1993, criou o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia (COJE). Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir e marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) Ao Tribunal de Justiça e a seus Órgãos Judiciários cabe tratamento de “Egrégio” e a todos os magistrados o de “Excelência”. Os membros do Tribunal de Justiça têm o título de “Desembargador”.
- ( ) O Tribunal de Justiça, com sede na Capital, é o órgão máximo do Poder Judiciário do Estado de Rondônia e compõe-se, entre outros, dos seguintes órgãos: Tribunal Pleno, Conselho da Magistratura, Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria-Geral da Justiça. A Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (Emeron) e o Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários (FUJU) são órgãos de apoio do Tribunal de Justiça.
- ( ) O Conselho da Magistratura Estadual, que se reúne ordinariamente uma vez por mês, compõe-se, entre outros: do Presidente do Tribunal de Justiça, do Vice-Presidente e do Corregedor-Geral de Justiça.
- ( ) O Juiz Substituto, cargo inicial da carreira da magistratura, exercerá jurisdição na Seção Judiciária para a qual for nomeado e residirá na respectiva sede.

Nos termos do COJE, Lei Complementar nº 94/1993, a sequência está correta em

- A) V, V, V, V.
- B) F, F, V, V.
- C) V, V, F, F.
- D) V, F, V, V.
- E) F, F, F, F.

## HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DE RONDÔNIA

### Questão 28

O território federal do Guaporé foi criado pelo Decreto-Lei nº 5.812, a partir da anexação de áreas pertencentes aos estados do Amazonas e de Mato Grosso. Considerando a data de criação do território de Guaporé e a respeito do contexto histórico que levou à criação do estado de Rondônia ao longo do século XX, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) A criação do território de Guaporé ocorreu no contexto de exploração econômica dos minérios existentes na região, a exemplo da cassiterita e do cobre.
- ( ) A partir das mudanças ocorridas no Brasil após 1954, observa-se a alteração do nome da região de Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia, em 1956.
- ( ) A estratégia de fixação de populações no território de Guaporé/Rondônia se articulou ainda à criação de colônias agrícolas, a exemplo das colônias de IATA (1945) e Paulo Leal (1959).
- ( ) A partir da década de 1960, o projeto de abertura da atual BR-364 possibilitou a interligação das capitais de Mato Grosso, Rondônia e Acre, estimulando o desenvolvimento regional.
- ( ) A criação dos Territórios Federais, no contexto do governo de Getúlio Vargas, tinha como um de seus objetivos estimular a ocupação humana nas áreas subaproveitadas economicamente.

A sequência está correta em

- A) V, V, V, F, V.
- B) F, F, V, V, F.
- C) F, V, V, V, V.
- D) V, V, V, F, F.
- E) F, F, F, F, V.

## Questão 29

Na Amazônia, a rede hidrográfica constitui papel determinante na ocupação, fixação e desenvolvimento da região. As populações amazônicas possuem raízes históricas e culturais vinculadas à pesca artesanal, sendo essa atividade o principal meio de sobrevivência em várias comunidades ribeirinhas.

(CRUZ, S. de S. L.; SILVA, R. G. da C. *Território pesqueiro artesanal no estado de Rondônia: análise e reflexões. Revista Contribuciones a las ciencias Sociales, vol 16, num 2, pp. 818-843, 2023.*)

**O estado de Rondônia, inserido na região Amazônica, apresenta importante atividade de pesca artesanal. São características dessa atividade em Rondônia, EXCETO:**

- A) A localização de muitas comunidades na região é associada à presença de afluentes dos vários rios regionais, que conferem nomes a essas localidades.
- B) A pesca artesanal em Rondônia, a despeito de suas raízes históricas e culturais, constitui-se na atualidade sobretudo em atividade de turismo e lazer.
- C) As espécies de peixes mais comuns capturadas na atividade de pesca artesanal em Rondônia correspondem ao curimatã, pacu, bagre, tambaqui e filhote.
- D) A área de atuação pesqueira artesanal em Rondônia é caracterizada pela presença de importante e rica biodiversidade, tanto em relação à floresta quanto aos rios.
- E) O desenvolvimento da pesca artesanal implica tanto a pesca quanto o armazenamento do pescado por curto período e sua comercialização nas cidades da região amazônica.

## Questão 30

No Brasil, a ideia de colonização é adotada há pelo menos dois séculos e, em diferentes temporalidades e espacialidades, a noção de se humanizar o “vazio” [...] apresentou-se como opção de um dado desenvolvimento para atender a interesses econômicos e sociais de certos grupos hegemônicos da sociedade brasileira. Nesse sentido, a Amazônia já foi ocupada várias vezes, sempre obedecendo a critérios e circunstâncias do tempo em que a ocupação se deu. A ocupação sobre a Amazônia, projetada durante período militar, esteve ligada aos centros economicamente hegemônicos da sociedade brasileira daquele período, amplamente apoiada pelo estado. Assim, a migração para Rondônia [naquele período] esteve ligada a proposições políticas dos militares para a Amazônia.

(MOSE, L. M.; ERNESTO, E. S. *A migração para Rondônia (Brasil) pós-década de setenta: um olhar a partir dos estudos culturais. Rev Hist UEG. Anápolis, vol 5, num 1, jan/jul 2016, pp. 74-102.*)

**São características do processo de colonização de Rondônia a partir da década de 1970, EXCETO:**

- A) A relativa proximidade do Território Federal de Rondônia à região Centro-Sul do Brasil foi um elemento que estimulou a migração de milhares de famílias de baixa renda daquela região para Rondônia a partir de 1970.
- B) A distribuição de terras em Rondônia, promovida pelos governos militares, tinha como um de seus objetivos centrais, além de ocupar os vazios demográficos amazônicos, solucionar os conflitos por terras na Zona da Mata nordestina.
- C) O PIC Ouro Preto, implantado pelo INCRA na década de 1970, correspondeu ao primeiro projeto de colonização estimulado pelos governos militares em Rondônia e destinava a cada migrante o equivalente a 100 hectares em lotes localizados inicialmente ao longo da BR-364.
- D) A colonização dirigida, oficial ou particular, para o então Território Federal de Rondônia a partir da década de 1970, foi apresentada aos migrantes, assim como ao restante do Brasil, como um projeto de reforma agrária que teve muito êxito, apesar dos seus impactos socioambientais.
- E) A estratégia de colonização promovida pelo estado, associada à intensa propaganda sobre as possibilidades de acesso à terra e aos ganhos econômicos oferecidas pela região, levou a um aumento expressivo da população no Território Federal de Rondônia a partir da década de 1970.

## Questão 31

No estado de Rondônia, os principais sistemas meteorológicos ou mecanismos dinâmicos atmosféricos de grande escala que atuam no clima da região estão associados principalmente a: Alta da Bolívia (AB); a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT); a Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS); as Linhas de Instabilidade (Lis); a Convecção Tropical associada a Sistemas Frontais e as Convecções Locais.

(SILVA, Marcelo José Gama da; SARAIVA, Fabio Adriano Monteiro; SILVA, A. A. G. da; SANTOS NETO, L. A.; QUERINO, C. A. S. . Clima. In: Alarçon Luiz Marcolan; Marcelo Curitiba Espindula. (Org.). *Café na Amazônia. 21ed. Brasília - DF: EMBRAPA, 2015, p. 39-54.*)

**A respeito do clima em Rondônia, analise as afirmativas a seguir.**

- I. A amplitude térmica anual no estado de Rondônia é bastante baixa, sendo que seus valores, ao longo do ano, são inferiores a 5°C.
- II. A média anual da precipitação pluvial varia entre 1.340 mm e 2.340 mm, sendo a média dos meses de junho, julho e agosto inferior a 50 mm/mês.
- III. O fenômeno da “friagem” pode ocorrer no estado nos meses de junho, julho e agosto, quando as temperaturas podem atingir valores inferiores a 10°C.
- IV. O clima do estado apresenta uma variação regional de temperatura, sendo que o Sul apresenta médias superiores a 25,7°C e o Norte, uma média em torno de 23,2°C.
- V. O verão é o período mais chuvoso do estado, uma vez que durante essa estação, observa-se uma grande atividade convectiva causada pela maior incidência de radiação solar.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II, III, IV e V.
- B) II e IV, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e V, apenas.

## Questão 32

A hidrovia do rio Madeira está localizada dentro da chamada Bacia do Rio Madeira, que possui origem andina e é formada por rios andinos e brasileiros, representando 23% do total da bacia Amazônica. Trata-se de um rio de fundamental importância para a região Norte do país, especialmente para os estados do Amazonas e de Rondônia.

(FREITAS JR, M. de (et.al.). *Transporte hidroviário, um estudo das hidrovias brasileiras e suas principais características. Revista do Observatório de la Economía Latinoamericana. Curitiba, vo, 22, n.1, 2024, pp. 2642-2664.*)

**Sobre a hidrovia Madeira, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) É uma das mais importantes vias de transporte localizadas no chamado Corredor Logístico Norte, na região Amazônica.
- B) É responsável pelo transporte de grãos como soja e milho, assim como de açúcar, provenientes de Mato Grosso, com destino a Porto Velho.
- C) Apresenta problemas de infraestrutura como a ausência de portos de ancoragem de barcos em vários distritos localizados às suas margens.
- D) Tem uma extensão de 1.800 km, dos quais 500 km tornaram-se navegáveis a partir da construção de eclusas, que passaram a controlar a formação de bancos de areia.
- E) É a segunda hidrovia mais importante da região Norte, atrás apenas da hidrovia do Amazonas, rio do qual o Madeira é um dos principais afluentes da sua margem direita.

## Questão 33

Rondônia é um estado da região Norte do Brasil que se destaca na expansão agropecuária, cujo crescimento desse setor vem causando grandes conflitos nas áreas protegidas do estado. O Vale do Guaporé, região conhecida por possuir vastas áreas de proteção ambiental que correspondem a, aproximadamente, 10% do total do estado, é considerado um espaço geográfico com vasto aspecto natural, cujo rio principal – o Guaporé – destaca-se por inúmeras atividades: pesca esportiva, ecoturismo, festivais de praia, entre outras.

(MACHADO, D. T. *Conflitos na fronteira do Guaporé em Rondônia: áreas protegidas versus o avanço da agropecuária. GEONORDESTE, ano XXXI, num 1, jan/jun 2020, pp. 22-39.*)

**A respeito dos conflitos socioambientais na área do Vale do Guaporé, é INCORRETO afirmar que:**

- A) No Vale do Guaporé são encontradas Reservas Extrativistas (a exemplo de Cautário), Reservas Biológicas (como Guaporé), um Parque Nacional (PARNA Pacaás Novos) e um Parque Estadual (Serra dos Reis).
- B) No Parque Estadual da Serra dos Reis, observa-se a presença de palmeiras como açaí, murumuru, babaçu e paxiúba, e ainda campos de várzea e terra firme, que, entretanto, têm sido alvo de extração ilegal de madeira.
- C) Na Reserva Biológica Guaporé, localizada nos municípios de São Francisco do Guaporé e Alta Floresta do Oeste, os principais conflitos socioambientais se relacionam à exploração de ouro e terras raras nas áreas de terras indígenas.
- D) No Vale do Guaporé existem quatro terras indígenas que sofrem constantes ameaças pelo avanço da agropecuária, pela extração ilegal de madeira, em decorrência da ação ilegal de garimpeiros que poluem os rios e em razão do desmatamento.
- E) No PARNA Pacaás Novos, criado em 1979, observa-se, sobretudo na Serra do Onça, que integra sua área e se localiza a 30 km do município de São Miguel, processos de ocupação e impactos ambientais como desmatamento e expansão da malha viária.

## Questão 34

A construção das Usinas Hidrelétricas (UHE) do Complexo do Madeira, Jirau e Santo Antônio, na região de Porto Velho, em 2008, impactou os modos de vida das populações residentes de comunidades tradicionais da região, dentre elas as populações indígenas, ribeirinhas, pequenos agricultores e extrativistas.

(ANDRADE, R. A. O. de (et.al.). *Impactos na saúde indígena em Rondônia em decorrência das usinas hidrelétricas do Complexo do Madeira*. *Brazilian Journal Health Review*, vol. 7, n. 3, pág. 1-14, may.jun 2024.)

**A construção das usinas hidrelétricas do Complexo do Madeira, em Rondônia, provocou os seguintes impactos socioambientais sobre as populações indígenas e tradicionais da região, EXCETO:**

- A) Aumento da distribuição geográfica de doenças de veiculação hídrica como, por exemplo, a malária e a esquistossomose.
- B) Ampliação do medo e da violência em torno dos empreendimentos hidrelétricos, seja em sua implantação ou a partir do seu funcionamento.
- C) Ampliação da área de plantio, em decorrência da alteração na umidade relativa do ar que aumentou em função do tamanho dos reservatórios.
- D) Alterações nos cursos de água que afetaram a vida aquática e impactaram as populações ribeirinhas, sobretudo comprometendo os estoques de pesca.
- E) Aumento da insegurança alimentar nas regiões afetadas pelo empreendimento, além de ampliação do desmatamento, por exemplo, nas terras indígenas.

## Questão 35

A área que corresponde ao atual estado de Rondônia foi denominada, originalmente, Território do Guaporé (nome do rio que em parte do seu curso é marco divisório entre o Brasil e Bolívia) e foi desmembrada dos estados do Amazonas e Mato Grosso. A denominação atual foi atribuída em homenagem ao sertanista Marechal Cândido da Silva Rondon, conhecido como desbravador dos sertões de Mato Grosso e da Amazônia, sendo responsável pela construção das linhas telegráficas que ligariam a região aos demais estados brasileiros.

(SANTOS, V. S. dos. *O processo de ocupação de Rondônia e o impacto sobre as culturas indígenas*. Itabaiana: GEPIADDE, ano 8, vol 16, jul/dez 2014, pp. 197-220.)

**São processos articulados à ocupação de Rondônia, EXCETO:**

- A) A descoberta de ouro na região do rio Corumbiara, no século XVIII.
- B) O primeiro e o segundo ciclos de exploração de cassiterita, entre 1879 e 1945.
- C) A construção e o povoamento do Real Forte Príncipe da Beira, no período de 1776 a 1783.
- D) A comissão Rondon e a linha telegráfica que atravessou os estados de Mato Grosso e Rondônia.
- E) A colonização dirigida na Amazônia nas décadas 1970 e 1980, com a ocupação de terras ao longo da BR-364.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO/ESPECIALIDADE

## Questão 36

**O Direito Administrativo cada vez mais traz seu enfoque para a processualização, passando a assumir um espaço antes dedicado aos atos administrativos. No tocante à temática do processo administrativo, analise as afirmativas a seguir.**

- I. A Lei Federal nº 9.784/1999, especialmente no que diz respeito ao prazo decadencial para a revisão de atos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal, pode ser aplicada, de forma subsidiária, aos estados e municípios, se inexistente norma local e específica que regule a matéria.
- II. Pelo princípio da oficialidade, o processo administrativo somente pode ser instaurado por requerimento de autoridades formalmente designadas para tal finalidade.
- III. Embora a legislação e parte da doutrina usem de maneira intercambiável os termos “procedimento” e “processo”, tecnicamente procedimento administrativo pode ser compreendido como o rito do processo administrativo.

**À luz dos enunciados anteriores, está correto o que se afirma apenas em**

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e II.
- E) I e III.

## Questão 37

Os agentes públicos de uma autarquia estadual de fiscalização ambiental realizaram operação em fazendas localizadas em determinado município. Ao verificarem infrações administrativas ambientais lavraram os respectivos autos de infração, cominando, posteriormente, na aplicação de multas. No que tange ao caso narrado e aos poderes da Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- A) O custeio dessa atividade de fiscalização, atinente ao poder de polícia, necessariamente será por meio da cobrança de impostos.
- B) O exercício do poder de polícia pela autarquia é denominado pela doutrina de originário, por ser uma pessoa jurídica de direito público.
- C) O poder de polícia, por representar uma atividade de império, não pode ser objeto de nenhuma delegação a pessoas de direito privado.
- D) O chamado ciclo de polícia administrativa é composto por quatro atividades, quais sejam: ordem (as vezes substituído pela fase de legislação), consentimento, fiscalização e sanção.
- E) No caso narrado, apesar de a autarquia possuir poder de polícia, está-se diante do exercício do poder disciplinar da Administração, que permite a apuração de infrações e a aplicação de eventuais penalidades.

## Questão 38

Marcos acabou de assumir a função de assessor jurídico em um conselho de fiscalização profissional. Assim que começou a exercer suas atribuições, deparou-se com três afirmações dadas por diretores do Conselho a respeito do regime jurídico dessas figuras:

- I. Os conselhos de fiscalização profissional, como regra, por serem pessoas jurídicas de direito privado, não se submetem à fiscalização do Tribunal de Contas da União.
- II. Por não estarem incluídos no orçamento público e não se enquadrarem no conceito de Fazenda Pública, a execução de débito de conselho de fiscalização profissional não se submete ao sistema de precatório.
- III. Os conselhos de fiscalização profissional necessitam, como regra, realizar concurso público, sendo que se adota o regime celetista a seus empregados.

Sobre as afirmações anteriores, está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e II.
- E) II e III.

## Questão 39

José, após carreira desempenhada como Oficial de Justiça perante o Tribunal de Justiça de Rondônia, submeteu-se a concurso para ingresso na magistratura estadual, logrando aprovação e tendo tomado posse na Comarca de Ji-Paraná. Realizou vários cursos de atualização no Distrito Federal e foi convidado para atuar na condição de Juiz Auxiliar aos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Em decorrência da qualidade do seu trabalho, veio a ser indicado para ocupar vaga no Conselho Nacional de Justiça. Nos termos da Constituição Federal, o Conselho Nacional de Justiça é composto por quinze membros, dentre os quais, um Juiz Estadual indicado pelo:

- A) Tribunal de Justiça.
- B) Governador do Estado.
- C) Presidente da República.
- D) Supremo Tribunal Federal.
- E) Superior Tribunal de Justiça.

## Questão 40

Considerando as diversas classificações sobre as Constituições consagradas na doutrina constitucionalista, assinale a afirmativa correta.

- A) No Brasil, somente as constituições de 1934, de 1946 e, finalmente, a de 1988 foram promulgadas e as demais foram outorgadas.
- B) Quanto à origem, a constituição cesarista pode ser definida como aquela outorgada, que, embora não passe por um processo de ratificação popular via plebiscito, possui conteúdo democrático, confirmado pelo detentor do poder soberano.
- C) As constituições consuetudinárias, embora sejam resultados de costumes, jurisprudência e convenções de determinado povo, ao longo dos tempos, em determinado local, são documentadas em um texto único, composto desse conjunto de formulações vinculantes.
- D) Quanto à forma, as constituições sumárias veiculam apenas princípios fundamentais e estruturais do Estado, enquanto as prolixas abordam todos os assuntos que os representantes do povo entenderem fundamentais, descendo a minúcias que, normalmente, cabem às normas infraconstitucionais.
- E) A constituição dogmática é aquela sempre escrita, elaborada a partir de um processo jurídico-formal, sendo resultado de teorias preconcebidas e expressas de uma só vez pelo poder constituinte originário, ao passo que a constituição costumeira resulta da evolução histórica e do consenso social, sem uma forma escrita definitiva.

## Questão 41

Com base no texto constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta sobre a distribuição de competências dentre os entes federativos.

- A) Por se tratar de direito fundamental é competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais.
- B) Compete à União, exclusivamente, permitir, nos casos previstos em lei ordinária, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.
- C) A competência administrativa exclusiva da União pode ser delegada aos Estados e Municípios por meio de lei complementar, desde que haja autorização expressa do Congresso Nacional.
- D) Inexistindo lei federal sobre normas gerais relativas à responsabilidade por dano ao meio ambiente, os Estados e o Distrito Federal exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- E) Vigê no regime constitucional federativo brasileiro o princípio da hierarquia entre os entes federados, que estabelece que, havendo conflito entre os seus interesses, devem prevalecer os da União, por serem mais amplos.

## Questão 42

Sobre o texto da Constituição da República de 1988 e a interpretação que lhe confere o Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- A) Compete, privativamente, ao Congresso Nacional estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- B) O Ministério Público abrange o Ministério Público da União – que compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar, o Ministério Público Eleitoral e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – e os Ministérios Públicos dos Estados.
- C) É constitucional – à luz da competência legislativa municipal para legislar sobre assuntos de interesse local e para suplementar a legislação da federal e estadual no que couber (Art. 30, I e II da CR/1988) – Lei Municipal que proíbe, em seu território, a vacinação compulsória e a respectiva imposição de restrições e sanções a pessoas não vacinadas.
- D) Compete ao Conselho Nacional de Justiça receber e conhecer as reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, determinar a remoção ou a disponibilidade e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa, sendo-lhe vedado avocar processos disciplinares em curso.
- E) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo, entre outros: um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal; um Desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal; um Juiz Estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal; um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual; dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

## Questão 43

No documentário “Estrela Bia”, que narra a trajetória de Beatriz Gomes, uma renomada jogadora de vôlei de quadra, há uma cena que retrata um momento de sua carreira durante um jogo nos anos 1990. Para a produção, foi contratada uma atleta dublê para representar a imagem e semelhança de Fernanda, uma jogadora reserva que participou ao lado de Beatriz Gomes em uma das pontuações durante o jogo. Fernanda alegou que sua imagem foi usada sem autorização e, por isso, ajuizou uma ação de indenização por danos morais e materiais contra a produtora. Beatriz, por sua vez, também ajuizou ação indenizatória em razão de não ter autorizado a publicação da biografia de sua vida esportiva. Considerando a situação hipotética apresentada e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

- A) Cabe indenização por danos materiais, mas não por danos morais a Fernanda, pelo fundamento de uso de sua imagem.
- B) Cabe indenização por danos morais a Fernanda, independentemente de prova de prejuízo ou de excesso na publicação.
- C) É cabível apenas indenização por danos materiais a Beatriz, pelo motivo de não ter autorizado a publicação da biografia.
- D) A autorização para o uso de imagens em obras biográficas literárias ou audiovisuais é exigível apenas para a pessoa biografada, sendo dispensada no caso de coadjuvantes.
- E) A ação de indenização por danos morais e materiais proposta por Fernanda, com base unicamente no uso de sua imagem sem autorização, deve ser julgada improcedente.

## Questão 44

Em 2022, foi sancionada a Lei nº 13.900, que regulamentava a concessão de benefícios fiscais a pequenas empresas. Essa Lei revogou expressamente a Lei nº 12.800/2020, que tratava do mesmo tema e possuía critérios mais rigorosos para a concessão dos benefícios. Em 2024, a Lei nº 13.900 foi revogada pela Lei nº 15.050, silente quanto ao retorno da Lei nº 12.800. Após a entrada em vigor da Lei nº 15.050, a Secretaria da Receita Federal aplicou os critérios da Lei nº 12.800 para determinar a cobrança de tributos em casos ocorridos entre 2022 e 2024, sob o argumento de que a Lei nº 12.800 havia voltado a vigorar após a revogação da Lei nº 13.900, em 2024. Com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a afirmativa correta.

- A) A Lei nº 12.800/2020 não voltou a vigorar automaticamente, pois a repristinação só ocorre se expressamente prevista na norma revogadora.
- B) A Lei nº 12.800/2020 voltou automaticamente a vigorar após a revogação da Lei nº 13.900/2022, uma vez que sua aplicação era compatível com o novo ordenamento jurídico.
- C) A revogação da Lei nº 13.900/2022 repristinou a vigência da Lei nº 12.800/2020, desde que os efeitos se limitem a situações futuras, respeitando o princípio da irretroatividade.
- D) A Receita Federal pode aplicar os critérios da Lei nº 12.800/2020, mesmo sem repristinação, pois o princípio da segurança jurídica permite a retomada de normas mais rigorosas.
- E) O princípio da irretroatividade autoriza que a Receita Federal aplique os critérios da Lei nº 12.800/2020 apenas para fatos geradores ocorridos antes de sua revogação pela Lei nº 13.900/2022.

## Questão 45

Em 1º de janeiro de 2024 foi sancionada uma nova lei que altera as regras sobre a doação de bens em caso de separação ou divórcio. A lei estabelece que, em casos de separação, o cônjuge que tiver recebido doação do outro poderá ser obrigado a devolver o bem, caso haja comprovada má-fé ou não cumprimento de condições estipuladas. Durante o período de *vacatio legis* de trinta dias, o Congresso Nacional revisou e corrigiu alguns dispositivos substanciais da lei, esclarecendo as condições sob as quais a devolução do bem se aplica. A correção do texto foi publicada no Diário Oficial, em 31 de janeiro de 2024, com ajustes importantes de redação. Surge então a dúvida sobre a data em que a nova lei entra em vigor e quais são os efeitos da correção realizada durante o período de *vacatio legis*. Com base na situação hipotética apresentada e nas disposições contidas na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- A) A lei entra em vigor no dia 1º de fevereiro de 2024, considerando que a correção não alterou substancialmente o conteúdo da norma.
- B) A *vacatio legis* de trinta dias deve ser contada a partir da publicação da correção do texto e a lei entra em vigor no dia 3 de fevereiro de 2024.
- C) A nova lei entra em vigor no dia 31 de janeiro de 2024, pois a correção do texto feita dentro do período de *vacatio legis* não altera sua vigência.
- D) A nova lei entra em vigor no dia 1º de fevereiro de 2024, mas os efeitos da correção do texto só terão validade a partir do dia 3 de fevereiro de 2024.
- E) A nova lei entra em vigor trinta dias após a publicação da correção, considerando que a *vacatio legis* começa a contar após a publicação da correção do texto.

## Questão 46

João e Maria são casados e, após algumas dificuldades, recebem a notícia de que estão esperando um filho. Durante a gestação, o médico informou que o feto possui uma condição rara que pode ameaçar sua vida, não sabendo, porém, ainda, determinar se sobreviverá após o nascimento. Apesar disso, João e Maria decidem fazer um testamento, no qual deixam uma parte de sua herança destinada ao filho, caso ele nasça com vida. O bebê, posteriormente, nasce com vida e saudável. Com base na situação hipotética apresentada e nas normas que regem as pessoas naturais, conforme ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar que o nascituro

- A) não possui personalidade civil, mas tem a capacidade plena de exercer direitos patrimoniais, como a herança, desde a concepção.
- B) possui personalidade civil plena desde a concepção, o que lhe confere a capacidade de exercer direitos, como o direito à herança, de forma autônoma.
- C) possui personalidade civil desde a concepção, mas não possui capacidade civil até o nascimento com vida, ficando limitado a exercer apenas direitos da personalidade.
- D) não tem personalidade civil, mas é protegido em relação aos direitos patrimoniais, como a herança, desde a concepção, podendo exercê-los apenas se nascer com vida.
- E) não possui personalidade civil nem capacidade civil, mas, desde a concepção, já pode exercer plenamente todos os direitos, incluindo a herança, desde que nascente com vida.

## Questão 47

Em determinado processo, foi feito um pedido principal: a entrega do quadro de certo pintor famoso, o qual o autor alega ser seu e o réu se recusa a devolver, segundo o autor, de forma injusta. Foi feito pedido de tutela de urgência para que o quadro fosse retirado da posse do réu e guardado em depósito judicial ou com depositário fiel designado pelo Juiz, até o término do processo, resguardando a integridade do quadro e garantindo o resultado útil do processo. O réu, citado, compareceu aos autos, argumentou que o quadro é seu, que está em sua posse por mais de cinco anos e que desconhece qualquer direito do autor sobre ele. Pede que o quadro seja mantido sob sua custódia durante o curso do processo, por não existir motivos para a alteração da situação fática atual e que o quadro não está em situação de risco. Ambas as partes apresentaram provas de seu direito e pediram a produção de prova testemunhal, vez que as provas materiais das duas partes não são concretas e objetivas o bastante para afirmar que um ou outro esteja falando a verdade sobre os fatos. Considerando o caso concreto e as normas de Direito Processual Civil, é correto afirmar que:

- A) A caracterização de abuso de direito de defesa e manifesto propósito protelatório são motivos expressamente previstos no Código de Processo Civil, os quais autorizam o Juiz a conceder tutela de urgência antecipatória, inclusive *ex officio*.
- B) Caso o Juiz conceda uma tutela de urgência antecipatória em favor do réu, o quadro ficará sob custódia judicial em depósito ou sob a responsabilidade de depositário fiel, enquanto a medida estiver válida ou até o fim do processo.
- C) Para a concessão da tutela de urgência, o Juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.
- D) Caso o Juiz conceda tutela de urgência, em qualquer momento, essa, por sua natureza, não demanda caução por parte do autor. O Juiz não pode exigir caução para a efetivação de medida de tutela de urgência, em nenhum caso, sob pena de restringir acesso à justiça.
- E) A tutela de urgência classificada como de evidência é aquela em que o Juiz, percebendo a possibilidade de um prejuízo evidente a uma parte (*periculum in mora*), caracterizado por risco iminente ao resultado útil do processo em conjunto com a evidência de que a parte possa ter o direito, concede *inaudita altera pars*, medida satisfativa no sentido de resguardar o direito da parte.

## Questão 48

Sobre os Juizados Especiais Cíveis, analise as afirmativas a seguir.

- I. Possuem competência para causas de menor complexidade, cujo valor da causa seja de até quarenta salários mínimos, podendo a parte ser representada em juízo sem a necessidade de advogado, em todos os casos, na primeira instância.
- II. Segundo o texto expresso da Lei Federal nº 9.099/1995, não se fará citação por edital.
- III. Não existe a figura da revelia. Os fatos alegados pelo autor devem sempre ser comprovados, ainda que o réu não apresente defesa.
- IV. Pode ser utilizado para ação de despejo para uso próprio. Entretanto, não pode ser utilizado para causas de natureza alimentar.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) II e IV, apenas.

## Questão 49

Em processo de execução de alimentos, o Juiz ordenou a busca de valores e veículos pelos sistemas eletrônicos legais, ordenando, desde já, o bloqueio de valores em conta, que fossem suficientes a cobrir a dívida do executado, bem como, na falta de fundos suficientes, a anotação de indisponibilidade de eventuais veículos encontrados e, na falta desses, que fossem penhorados bens do devedor por Oficial de Justiça. O réu, devedor, é violinista, ministra aulas de violino e toca em uma orquestra local. Feitas as devidas diligências, foram bloqueados:

- I. Trinta salários mínimos, que era o saldo total de conta poupança em nome do executado.
- II. Um anel de rubi, de uso pessoal e elevado valor de mercado.
- III. Apólice de seguro de vida relativa ao executado, cujo beneficiário é o filho.
- IV. Computador de última geração montado para *games*.
- V. Um de dois violinos que o réu utiliza para o exercício da profissão.

Estão corretas as penhoras indicadas apenas em

- A) I e V.
- B) II e IV.
- C) I, II e IV.
- D) I, III e V.
- E) III, IV e V.

## Questão 50

Em determinado processo, foi emitido julgamento de mérito, parcialmente favorável ao autor. Além disso, o autor entendeu que um de seus pedidos não foi decidido pelo emérito julgador, em sua sentença, não existindo o dispositivo favorável ou contrário a esse tópico específico. Considerando os recursos disponíveis, analise as afirmativas a seguir.

- I. Devem ser propostos Embargos de Declaração relativos à parte omissa da sentença, o que interrompe o prazo recursal para eventual apelação relativa à parte desfavorável ao autor do processo em questão.
- II. Por regra, interpostos Embargos de Declaração, os efeitos da sentença ficam suspensos porquanto não julgados os embargos.
- III. A interrupção do prazo recursal devido à interposição de Embargos de Declaração, por regra, aproveita a todas as partes processuais independentemente de terem ou não promovido o recurso.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I e III, apenas.

## Questão 51

Durante um cenário de instabilidade política e social, o Congresso Nacional editou, em 01/03/2023, duas normas penais: a primeira, uma lei penal excepcional, destinada a regular comportamentos e punir condutas durante um período de grave crise nacional, sem prazo definido de vigência; a segunda, uma lei penal temporária, instituída com vigência expressamente limitada a noventa dias, para garantir a segurança em grandes eventos ocorridos naquele período. Em 15/05/2023, João praticou um fato típico previsto na lei excepcional e um fato típico previsto na lei temporária. Ressalta-se que as circunstâncias que motivaram a edição da lei excepcional cessaram em 25/05/2023. Além disso, o prazo de vigência da lei temporária expirou em 31/05/2023. Com base no Código Penal e na jurisprudência consolidada, analise a aplicabilidade dessas normas no caso descrito e assinale a afirmativa correta.

- A) Será aplicada apenas a lei excepcional ao fato praticado por João, independentemente de as condições que justificaram sua edição.
- B) O fato praticado por João durante a vigência da lei excepcional será regido por ela. Da mesma forma, o fato típico praticado durante a vigência da lei temporária será regido pela mesma, mesmo após expirado seu prazo de vigência.
- C) A lei excepcional será aplicada ao fato praticado por João, ainda que as circunstâncias que a motivaram tenham cessado. Da mesma forma, a lei temporária será aplicada a qualquer fato típico por ela previsto, mesmo após o término de seu prazo de vigência.
- D) O fato praticado por João durante a vigência da lei excepcional estará sujeito a ela enquanto perdurarem as circunstâncias que motivaram sua edição. Já o fato típico previsto na lei temporária continuará sendo punido, ainda que seu prazo de vigência tenha expirado.
- E) A lei excepcional não será aplicada ao fato praticado por João, independentemente de as circunstâncias extraordinárias que a motivaram já terem cessado. Contudo, a lei temporária só será aplicada aos fatos praticados dentro do prazo expressamente delimitado por sua vigência.

## Questão 52

Ana, com a intenção de matar Carlos, desferiu-lhe golpes de faca em 15/04/2024. Carlos foi socorrido e submetido a tratamento médico, mas veio a falecer em 20/06/2024 em decorrência das complicações causadas pelos ferimentos. Ocorre que, em 01/05/2024, entrou em vigor uma nova lei que reduziu a pena-base para o homicídio doloso qualificado. A lei anterior era de quinze a vinte anos, já a nova lei trouxe uma pena-base de doze a dezoito anos. A nova lei introduziu a possibilidade de aplicação de uma pena de multa, penalidade inexistente na legislação anterior. Considerando as disposições do Código Penal e a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, analise o caso e assinale a afirmativa correta.

- A) O crime ocorreu em 15/04/2024, data da conduta, mas a nova lei poderá retroagir apenas na parte que beneficia a ré.
- B) O crime ocorreu em 20/06/2024, data da morte de Carlos, sendo integralmente aplicável a nova lei, ainda que prejudicial à ré.
- C) O crime ocorreu em 15/04/2024, devendo ser aplicada a lei vigente na data do fato, sendo vedada qualquer retroatividade da lei posterior.
- D) O crime ocorreu em 15/04/2024, data da conduta, mas a aplicação da nova lei só poderá ser utilizada se integralmente mais favorável à ré no caso concreto.
- E) O crime ocorreu em 20/06/2024, data da morte de Carlos, vez que o crime é considerado um processo contínuo entre a conduta e o resultado, permitindo a aplicação parcial da nova lei para combinar o aumento da pena mínima e a atenuante.

## Questão 53

Carlos, brasileiro, estava em um voo com destino ao exterior em aeronave pertencente a uma empresa aérea privada brasileira. Enquanto sobrevoava espaço aéreo italiano, ele foi flagrado praticando conduta típica criminosa, segundo o Código Penal Brasileiro, que ofendia passageiros brasileiros e estrangeiros a bordo. Ao chegar ao destino, Carlos foi detido pelas autoridades locais e julgado por tais condutas, mas, teve seu processo arquivado por decisão judicial italiana, apesar de a conduta ser considerada como típica, de acordo com a legislação do país. Após retornar ao Brasil, a repercussão do caso levou as autoridades brasileiras a iniciarem uma investigação contra Carlos pelos mesmos atos. Destaca-se que o crime praticado por ele está entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição. Com base nas normas de aplicação da lei penal no espaço e nos tratados internacionais assumidos pelo Brasil, analise a situação e assinale a afirmativa correta.

- A) Carlos não poderá ser processado no Brasil, pois a absolvição no exterior impede a instauração de novo processo penal, respeitando-se o princípio do *ne bis in idem*.
- B) Carlos não poderá ser processado no Brasil, uma vez que a lei penal brasileira não pode ser aplicada em caso de absolvição no estrangeiro por fatos atípicos naquele território.
- C) Carlos somente poderá ser processado no Brasil caso exista representação da vítima, pois para aplicação da extraterritorial da lei penal brasileira, faz-se necessário esse requisito.
- D) Carlos poderá ser processado no Brasil, pois a lei penal brasileira é aplicável a crimes cometidos por brasileiros no exterior em aeronaves brasileiras, sendo irrelevante a absolvição no estrangeiro para os fins de aplicação da legislação nacional.
- E) Carlos poderá ser processado no Brasil, pois a lei penal brasileira aplica-se aos crimes cometidos por brasileiros em aeronaves de bandeira nacional, ainda que em espaço aéreo estrangeiro, independentemente da decisão judicial estrangeira, desde que presentes os requisitos da extraterritorialidade condicionada.

## Questão 54

A interpretação da lei penal busca revelar o alcance e o sentido do texto normativo, adequando-o às mudanças sociais, econômicas e culturais, garantindo, assim, que sua aplicação seja justa e compatível com a realidade atual.

(BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal: Parte Geral*. 24. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.)

Com base nesse conceito sobre os métodos de interpretação da lei penal, assinale a afirmativa correta.

- A) A interpretação literal consiste em interpretar a norma penal de forma gramatical e textual, considerando o contexto e as intenções do legislador.
- B) A interpretação teleológica busca identificar a finalidade da norma, considerando as intenções do legislador e os objetivos sociais que ela pretende alcançar.
- C) A interpretação sistemática se restringe ao entendimento da norma penal isoladamente, sem considerar sua interação com outras normas do ordenamento jurídico.
- D) A interpretação histórica visa compreender a norma penal à luz dos costumes e valores do período em que foi promulgada, ignorando completamente as mudanças sociais posteriores.
- E) A interpretação lógico-sistemática procura o sentido da lei, através da função gramatical dos vocábulos. Trata-se da primeira etapa do processo interpretativo, pois as palavras podem ser equívocas, não espelhando com fidelidade a vontade da lei.

## Questão 55

Walter e Cláudio foram denunciados pelo Ministério Público como incurso nas sanções do crime de furto qualificado porque, no dia 17/05/2019, subtraíram para si mercadorias que estavam expostas para venda em uma loja de equipamentos automotivos. A peça acusatória foi recebida apenas em relação a Walter, tendo o juiz discordado da tipificação penal atribuída a Cláudio. A decisão de rejeição parcial da denúncia foi objeto de recurso em sentido estrito interposto pelo Ministério Público. Em juízo de retratação, a decisão foi mantida pelo juiz, que determinou a intimação pessoal de Cláudio para oferecer contrarrazões ao recurso. Cláudio foi pessoalmente intimado e constituiu advogado particular. Verificando, porém, a inércia do advogado constituído por Cláudio, o juiz nomeou-lhe defensor dativo que prontamente peticionou nos autos para apresentar as contrarrazões recursais. A partir da situação hipotética narrada, assinale a alternativa correta.

- A) A ausência de contrarrazões ao recurso em sentido estrito interposto contra decisão que rejeita a denúncia é mera irregularidade e não tem o condão de ensejar a nulidade do processo.
- B) A discordância quanto à tipificação penal permite que o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, atribua-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- C) A discordância quanto à tipificação penal atribuída a Cláudio pelo Ministério Público poderia ser feita pelo Juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia, através do instituto da *mutatio libelli*, que, todavia, só pode ocorrer no momento da sentença.
- D) A decisão de rejeição parcial da denúncia inviabiliza a formação da relação processual quanto a Cláudio, que, a rigor, ainda não poderia ser considerado réu, motivo pelo qual sua intimação para oferecer contrarrazões ao recurso interposto pelo Ministério Público é desnecessária.
- E) A intimação pessoal de Cláudio para oferecer contrarrazões ao recurso interposto pelo Ministério Público é desnecessária porque, não tendo ele sido citado anteriormente para constituir defensor e apresentar resposta escrita à acusação, a nomeação de defensor dativo pelo órgão julgador supre a ausência do referido ato de comunicação processual.

## Questão 56

É comum acreditar-se que o processo penal se resume àquele de natureza condenatória, em que há uma pretensão deduzida em juízo pelo Ministério Público (ou pelo querelante), objetivando-se o reconhecimento da responsabilidade penal do acusado pela prática do delito a ele imputado, com a consequente aplicação de uma pena privativa de liberdade, restritiva de direito ou de multa. Daí, todavia, não se pode concluir que a ação penal condenatória seja a única existente em sede processual penal. De fato, se lembrarmos que há ações de natureza não condenatória no âmbito processual penal, é fácil concluir que existe a possibilidade de decisões de outra natureza, além da condenatória.

(LIMA, Renato Brasileiro de. *Manual de Processo Penal: volume único. 8 ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Juspodivm, 2020, p. 1609.*)

A partir do enunciado e, ainda, sobre atos jurisdicionais, assinale a afirmativa correta.

- A) A decisão proferida em processo de reabilitação criminal é um exemplo de decisão de natureza não condenatória.
- B) A decisão judicial que extingue a punibilidade em face da morte do executado é uma decisão de natureza constitutiva negativa.
- C) Decisões constitutivas são aquelas que retratam uma ordem a ser executada em benefício da liberdade de locomoção do agente, como na determinação de expedição de um salvo-conduto ou emissão de alvará de soltura.
- D) A decisão proferida no âmbito de medida assecuratória de sequestro de bens, quando presentes indícios veementes de que eles tenham sido adquiridos com os proventos da infração penal, é um exemplo de decisão declaratória.
- E) A decisão de natureza mandamental pode ser encontrada no *habeas corpus*, quando o juiz determina a emissão de alvará de soltura, e também na revisão criminal, quando se desconstitui a sentença absolutória imprópria já transitada em julgado.

## Questão 57

Tendo por base as disposições do Código de Processo Penal a respeito do inquérito policial, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ao delegado de polícia é vedado decidir sobre o momento mais oportuno de juntada das declarações de vítimas e testemunhas aos autos do inquérito policial porque, tão logo colhidos e diligenciados, os elementos de prova devem estar disponíveis aos defensores dos investigados.
- II. É irrecorrível a decisão que indefere o pedido de abertura de inquérito policial.
- III. Por se tratar de procedimento oficioso, o inquérito policial sempre deverá ser instaurado de ofício pela autoridade policial.
- IV. Ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

Assinale a alternativa correta.

- A) As afirmativas I e IV estão corretas.
- B) Apenas a afirmativa IV está correta.
- C) Apenas a afirmativa I está incorreta.
- D) As afirmativas I, III e IV estão corretas.
- E) Todas as afirmativas estão incorretas.

## Questão 58

No dia 06/10/2021, Gilberto, servidor da Secretaria do Estado de Finanças do Estado de Rondônia, iniciou procedimento de fiscalização tributária em estabelecimento comercial situado no município de Porto Velho. No dia seguinte, Henrique, proprietário do referido estabelecimento, insatisfeito com as sucessivas intimações e solicitação de documentos feitas pelo servidor para instruir o expediente, encaminhou-lhe, por meio do aplicativo de mensagens *WhatsApp*, mensagens com nítido conteúdo intimidatório e injurioso. Nas mensagens, Henrique acusou Gilberto de tentar prejudicá-lo com a ação fiscal, chamou-o de “marginal” e o ameaçou dizendo que “iria matá-lo”, caso retornasse ao estabelecimento comercial para novas fiscalizações. Diante dos fatos, Gilberto decidiu representar criminalmente contra Henrique no dia 21/11/2021. Instaurado o inquérito policial e concluídas as investigações, o Ministério Público ofereceu denúncia contra Henrique no dia 19/04/2022, dando-o como incurso nas sanções dos crimes de ameaça e injúria, ambos punidos com pena de detenção de um a seis meses ou multa. O Ministério Público registrou, ainda, a incidência da majorante prevista no Art. 141, inciso II, do Código Penal, que determina o aumento da pena em um terço quando o crime é cometido contra funcionário público em razão de suas funções. Considerando a situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

- A) É cabível em favor de Henrique o instituto da transação penal, mas não a suspensão condicional do processo.
- B) A denúncia deverá ser rejeitada porque foi oferecida após o prazo decadencial de seis meses previsto em lei para o exercício da ação penal condicionada à representação.
- C) A denúncia oferecida deverá ser rejeitada porque, em se tratando de crime contra a honra, o exercício do direito de ação penal é privativo de Gilberto, que deverá exercê-lo mediante oferecimento de queixa-crime.
- D) A ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções pode ser intentada tanto pelo ofendido, mediante queixa, quanto pelo Ministério Público, em ação penal pública condicionada à representação do ofendido.
- E) Após o recebimento da queixa-crime, o juiz deverá observar o procedimento sumaríssimo previsto no Art. 77 e seguintes da Lei nº 9.099/1995 porque, em razão da incidência da majorante prevista no Art. 141, inciso II, do Código Penal, não é cabível em favor de Henrique nenhuma das medidas despenalizadoras previstas no referido diploma legal.

## Questão 59

Tendo por base conhecimentos de gestão pública e de evolução dos modelos de gestão de pessoas aplicáveis à realidade brasileira, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- ( ) Mesmo que de forma incipiente, no período compreendido entre as décadas de 1920 e 1950, os ambientes de trabalho começaram a passar por transformações, haja vista constatações preliminares de que trabalhadores eram pessoas com necessidades emocionais e psicológicas. Nessa época, surgiram iniciativas relacionadas a treinamentos internos e trabalhos com sindicatos para desenvolver pacotes de remunerações mais justas. Assim, emergem bases para compreensão do conceito de capital humano.
- ( ) No período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980, os modelos de gestão de pessoas, em nível mundial, trabalhavam em teorias de motivação humana. Essas teorias tinham por foco as necessidades de realização dos funcionários, de progresso e de reconhecimento, combinando a natureza do próprio trabalho com as habilidades e interesses da pessoa.
- ( ) A partir de 1990, mudanças e inovações organizacionais têm feito com que o papel da área centrada em recursos humanos se torne cada vez mais complexo. Os trabalhos têm se voltado para o envolvimento dos funcionários e para o fortalecimento da cultura organizacional. A consequência é o entendimento de que a instituição é resultado das ações e das interações de seus colaboradores e, por isso, torna-se premente aos responsáveis pela gestão de recursos humanos conhecer a organização como um todo, tornarem-se experientes em tecnologia e serem capazes de lidar com uma força de trabalho cada vez mais ágil e inquieta.

A sequência está correta em

- A) V, V, V.
- B) F, V, V.
- C) F, F, V.
- D) V, F, F.
- E) V, V, F.

### Questão 60

Preocupado com a melhoria na qualidade e na agilidade nas prestações de serviços à sociedade, determinado Tribunal de Justiça tem buscado conscientizar os seus servidores e demais colaboradores quanto aos propósitos fundamentais da instituição. Os trabalhos têm buscado atingir dois propósitos fundamentais: otimizar e melhorar a qualidade dos serviços e buscar métodos de melhoria contínua e de longo prazo. Assim, têm sido realizadas reuniões periódicas com os servidores interessados em discutir e expor ideias sobre gestão estratégica (eficiência, eficácia e excelência nos serviços públicos) e gestão estratégica de pessoas. Nas discussões, foram expostos vários entendimentos que se coadunam com a perspectiva a ser trabalhada. Dentre as afirmativas dispostas a seguir, assinale aquela que **NÃO** diz respeito ao modelo de gestão estratégica de pessoas e aos propósitos da instituição.

- A) De nada valem investimentos financeiros ou tecnológicos se não houver pessoas capazes de agregar valor à organização por meio de soluções criativas e inovadoras e tornar aqueles investimentos eficientes.
- B) A qualidade na prestação dos serviços é, antes de tudo, um estado de espírito das pessoas. A qualidade está muito mais nas pessoas do que na tecnologia utilizada pela organização, já que são as pessoas que a operam e aplicam.
- C) O processo de melhoria contínua e de longo prazo na prestação de serviços se faz, principalmente, pelo crescimento dos atuais funcionários/servidores e não necessariamente pelo acréscimo de maior número de pessoas à organização.
- D) O modelo de gestão estratégica de pessoas tem uma conotação administrativa, relacionada a questões burocráticas da instituição. As instituições são sistemas fechados que operam por meio de mecanismos de cooperação e definem unilateralmente o comportamento organizacional.
- E) Serviços são prestados pelas pessoas em seus contatos com os cidadãos. Quase sempre o serviço é prestado por meio de um funcionário que serve de interface. De nada vale a melhor intenção e a melhor tecnologia se não houver pessoas capazes de lidar com os clientes e proporcionar-lhes satisfação.

### ATENÇÃO



**NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.**  
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.

## INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, abafadores auriculares, tampões e/ou similares, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios de qualquer tipo, pulseiras magnéticas, agenda eletrônica, calculadora, notebook, smartphone ou similar, máquinas fotográficas, controle de alarme de carro, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre esses e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, bem como não será permitido o uso de notas, livros, anotações, régua de cálculo, códigos, manuais, impressos, manuscritos, códigos e/ou legislação ou qualquer outro material literário ou visual de consulta, o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. A prova terá duração de quatro horas para todos os cargos. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
5. O caderno de provas é composto por sessenta questões para todos os cargos.
6. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com cinco opções (A a E) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) devidamente assinados nos locais indicados.
7. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em outro meio qualquer.
10. O candidato poderá se retirar do local de provas somente a partir de duas horas do início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas levando o caderno de provas no decurso dos últimos trinta minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.
11. Os três últimos candidatos somente poderão deixar a sala de realização das provas juntos, após assinarem o Termo específico da Ata de Aplicação. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos outros dois candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

## RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas de múltipla escolha de cada cargo/especialidade serão divulgados exclusivamente no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), no dia subsequente ao da realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas deverá fazê-lo apenas em requerimento próprio, disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público, no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br).
- A interposição de recursos deverá ser feita apenas no prazo recursal, conforme informações contidas no edital do certame.